

JUVENTUDE BRASILEIRA E EDUCAÇÃO

Álida Leal • Bréscia Nonato • Licínia Correa • Symaira Nonato (Orgs)

Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos

Isabela Saraiva de Queiroz
André Geraldo Ribeiro Diniz



Copyright © 2021, Programa Observatório da Juventude - FaE/UFMG

Todos os direitos reservados aos/as autores/as. Este livro (ou parte dele) não pode ser reproduzido por meios mecânicos, eletrônicos ou por cópia xerográfica sem autorização prévia dos/as autores/as.

Série de Cadernos Temáticos
“Juventude brasileira e educação”

Juventudes, processos educativos
sobre drogas e redução de danos

Autores/as:

André Geraldo Ribeiro Diniz
Isabela Saraiva de Queiroz

Organização:

Álida Leal, Bréscia Nonato,
Licinia Correa e Symaira Nonato

Capa e projeto gráfico:

Carol D'Alessandro

Diagramação:

Editora Fino Traço

Cadernos da série

- Juventudes: culturas juvenis e cibercultura
- Juventudes e ensino superior
- Juventudes e escola
- Juventudes e indisciplina nas escolas
- Juventudes e participação política
- Juventudes e processos educativos
- Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos
- Juventudes e projetos de vida
- Juventudes e relações de gênero
- Juventudes e relações étnico-raciais
- Juventudes, sexualidade e diversidades
- Juventudes e territórios: o campo e a cidade
- Juventudes e trabalho
- Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Q3j

Queiroz, Isabela Saraiva de

Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos / Isabela Saraiva de Queiroz, André Geraldo Ribeiro Diniz. - Ebook - Belo Horizonte : Fino Traço Editora, 2021.

44 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-8054-511-1

1. Educação. 2. Formação docente. 3. Jovens. 4. Drogas. 5. Redução de danos.
I. Diniz, André Geraldo Ribeiro. II. Título.

2021-3651

CDD 370

CDU 37

Isabela Queiroz¹

André Diniz²

Juventudes, processos educativos sobre drogas e redução de danos

1. Isabela Saraiva de Queiroz - Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (PPG-Psi/UFSJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Raça e Direitos Humanos (NEGAH/UFSJ).

2. André Geraldo Ribeiro Diniz - Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA).

Apresentação Série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”

Cara leitora, caro leitor,

É com muito carinho que dedicamos a você, educadora e educador, a **série de Cadernos Temáticos “Juventude brasileira e educação”**. Esse é um importante projeto desenvolvido pelo **Programa Observatório da Juventude (OJ)** da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O OJ, iniciado em 2003, inserido na Faculdade de Educação da UFMG, situa-se no contexto das políticas de ações afirmativas, apresentando uma proposta de extensão articulada com ações de pesquisa e ensino em torno da temática educação, cultura e juventudes³. A produção deste material é uma resposta e, ao mesmo tempo, um agradecimento a educadoras, educadores e jovens com os quais temos trabalhado há quase 20 anos. De certo modo, é também uma forma de dar continuidade à experiência exitosa dos “Cadernos Temáticos: Juventude Brasileira e Ensino Médio”, produzidos em 2013 como uma das ações do projeto “Diálogos com o Ensino Médio”. Neste novo material, além de algumas temáticas já discutidas ante-

3. Para conhecer mais sobre o OJ, acesse o nosso site: <<https://observatoriodajuventude.ufmg.br/>>.

riormente, ampliamos o debate para além da instituição escolar. Assim, oferecemos outras possibilidades reflexivas na interseção do tema Juventudes com outros campos analíticos.

Nosso propósito é o de oferecer subsídios teóricos, metodológicos, didáticos e pedagógicos a profissionais que trabalham com jovens e demais pessoas interessadas na temática, que desejem refletir, dialogar e propor ações junto a tais sujeitos. A série, elaborada no formato de Cadernos Temáticos, conta com 14 volumes que remetem a diferentes aspectos e dimensões relativas às juventudes e processos formativos.

Cada um dos Cadernos, embora conte com registro de autoria, **foi construído a várias mãos [e corações]**. Por um lado, ao longo do processo de elaboração, foi realizada a leitura coletiva e colaborativa por autores/as dos Cadernos desde sua versão mais embrionária até a versão final, o que contribuiu significativamente para o aprimoramento da escrita dos textos. Por outro lado e de modo especial, contamos com a leitura atenta e cuidadosa da Professora Inês Assunção de Castro Teixeira, referência como educadora e com larga experiência na formação de professores/as. Suas contribuições sinalizaram caminhos para produção de escritos que, sem perder a densidade, fossem mais leves e sensíveis – **o que traduz o “jeito OJ” de ser e construir formação com jovens e educadores/as.**

Tal como aconteceu ao longo do processo de elaboração deste material, entendemos que é com múltiplos olhares que cada um/a de nós, educadores/as, dialoga e constrói saberes com os/as jovens, não é mesmo?! Por isso, nosso objeto de inspiração foi o **CALEIDOSCÓPIO**. Você já ouviu falar, manuseou ou brincou com um caleidoscópio? Esse é um aparelho óptico formado por vários espelhos inclinados, que, a partir do reflexo da luz, nos premia com múltiplas possibilidades de figuras, imagens (as)simétricas, multicores, singulares e únicas! Etimologicamente, o termo deriva das palavras gregas καλός (kalos), “belo, bonito”, είδος (eidos), “imagem, figura”, e ζκοπέω (scopeo), “olhar (para), observar”. O caleidoscópio é, portanto, um instrumento que nos permite “olhar surpreendentes configurações de imagens”.

Acreditamos que, a partir da leitura dos Cadernos, seja possível construir um caleidoscópio com aprendizagens, olhares, escutas, registros, ações e experiências sobre e com as juventudes. Uma construção que terá como base os conhecimentos que cada um/a já possui, somados às contribuições que buscamos trazer em cada Caderno, propiciando, assim, (re)fazer olhares, (re) construir conceitos, (re)visitar reflexões e, especialmente, **ampliar possibilidades de construção de conhecimento e metodologias com/sobre as juventudes nos diferentes processos educativos!**

Esperamos que cada um/a viva uma experiência caleidoscópica!!! Experiência entendida aqui como “o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”, como nos diz o professor Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21). De um lado, desejamos que você olhe para os/as jovens com os quais constrói processos educativos a partir de diferentes ângulos, cores e reflexos, buscando compreender que existem diferentes modos de ser jovem. Busque “girar o instrumento” e ajustar as lentes para perceber que os diferentes espaços educativos nos quais os/as jovens estão inseridos/as, as culturas juvenis, a forma como se conectam com as tecnologias digitais, as dimensões dos territórios, os demarcadores sociais de diferenças (raça, gênero, sexualidade), suas formas de participação, sua relação com a saúde e a forma como constroem seus projetos de vida evidenciam que estamos falando de juventudes no plural, requerendo de nós educadores/as múltiplos olhares caleidoscópicos. De outro lado, convidamos você, - como nos provoca Rubem Alves com poesia nomeada “A complicada arte de ver” - a fazer um exercício constante de reflexão e questionamento: afinal, o que os olhos dos seus olhos veem? O que os ouvidos dos seus ouvidos ouvem? Ou seja, o que faço com o que eu vejo e escuto acerca dos/as

jovens com os/as quais eu trabalho? Quem são eles/as? Como eu tenho construído processos educativos com eles/as? Trata-se de um convite para que cada um/a perceba os reflexos, as nuances, os movimentos, as cores e, especialmente, as singularidades das juventudes.

A metáfora do caleidoscópio acompanhou toda a nossa construção e, por isso, em alguns itens do Caderno nos remeteremos a essa inspiração: *Iniciando o giro do caleidoscópio* (introdução); *Outros ângulos, cores e formas: para saber mais* (espaço destinado ao compartilhamento de diferentes linguagens que possibilitam ampliar e adensar questões já discutidas no Caderno); *Focalizando imagens: leia mais* (Indicações de referências acadêmicas); *Juntando imagens e reflexos* (considerações finais) e *Caleidoscópio em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir* (sugestão de exercício de ação-reflexão-ação contínuo acerca do trabalho com os/as jovens).

Por fim, tal como acontece quando vamos brincar com um caleidoscópio, não há uma ordem a ser seguida para a leitura dos Cadernos. Você pode começar por onde e da maneira que quiser. Convidamos você a olhar para estes Cadernos como se, metaforicamente, estivesse observando para dentro do tubo de um caleidoscópio. Desse modo, é você quem escolhe para onde

deseja girar, a velocidade do giro e se deseja ou não se movimentar diante da luz para focalizar as imagens formadas.

A este respeito, um último detalhe: você notará que, ao organizar os Cadernos de modo circular, será formada uma imagem que nos remete ao giro do caleidoscópio. Este arranjo está presente na guarda (ou seja, no verso da capa e da contracapa) de todos os Cadernos. Nosso intuito foi o de simbolizar que, mesmo podendo ser usados de modo individualizado, os volumes guardam entre si características comuns e se completam. Os desenhos e as cores apresentados em cada volume são algumas dentre milhares de possibilidades imagéticas advindas do caleidoscópio que, assim como as/os jovens, deve ser compreendido por múltiplos olhares, entrecruzando diferentes dimensões e perspectivas.

Desejamos uma excelente leitura e que sigamos “caleidoscopindo” possibilidades de construção de Pedagogias das Juventudes!

Álida Leal, Bréscia Nonato, Licínia Correa e Symaira Nonato

Referências

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, 2002. p. 20-28.

RUBEM, Alves. A complicada arte de ver. *Jornal Folha de São Paulo*, 2004. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u947.shtml>>. Acesso em: 20 de mar de 2022.



Iniciando o giro do caleidoscópico

Olá colega leitor/a!

Neste Caderno trabalharemos com um tema que costuma ser fonte de grandes debates: as variadas formas de relação com as drogas encontradas na sociedade e, mais especificamente, as particularidades do tema na relação com as juventudes.

Questões relacionadas ao uso abusivo, à dependência e ao tráfico de drogas são cada vez mais presentes nas cidades brasileiras de pequeno, médio e/ou grande porte e, junto com a visibilidade do consumo, cresce a repressão ao usuário e a pressão social por medidas para a erradicação das drogas.

Esse tema, certamente, atinge de maneira especial as juventudes e nos convida a pensar em modos mais assertivos de abordá-lo nos diversos espaços educativos e de socialização de jovens.

Nosso objetivo com esse Caderno, portanto, é apresentar os principais elementos teóricos, políticos e ideológicos que circunscrevem o debate acerca do uso de drogas nas sociedades, buscando subsídios para uma intervenção responsável, pedagógica e crítica junto às juventudes. Fica assim o nosso convite à leitura e, também, à ampliação das nossas reflexões sobre o tema.

Para início de conversa

Você sabia que o uso de drogas sempre fez parte da história humana, e que sempre houve, em todas as sociedades e épocas, uso dessas substâncias, de diversas maneiras e com diferentes finalidades, como para descanso e lazer, para processos de trabalho ou rituais religiosos, por exemplo? A emergência do que conhecemos como o “problema das drogas” é recente em termos históricos: foi somente no século XX que o uso de drogas se tornou, efetivamente, uma preocupação social.



Outros ângulos, cores e formas

O vídeo **Cortina de fumaça**, de Rodrigo Mac Niven (Brasil, 2010), discute a questão das drogas buscando descortinar o fato de que o uso de substâncias psicoativas para alterar o estado de consciência é uma prática historicamente disseminada em todas as sociedades humanas.

Assista em: <<http://www.youtube.com/watch?v=eXoaujvw5BQ>>.

Acesso em: 03 out. 2021.

Antônio Escotado (2005), filósofo espanhol autor de uma importante obra sobre a história das drogas, conta que no século XVI a presença de álcool e outras substâncias psicoativas em medicamentos e alguns alimentos era muito comum. Contudo, uma reação proibicionista passou a definir regras e controles restritos para a produção, prescrição e uso dessas substâncias. A partir de então, houve uma mudança no *status* das drogas, que passaram de produtos bem-vindos, criados para atender demandas humanas, muitas vezes inseridos em cultos que representavam a herança de determinada cultura, a produtos mal vistos e proibidos, acessíveis somente mediante prescrição médica e comercializados em estabelecimentos regulamentados.



Outros ângulos, cores e formas

O documentário **Quebrando o tabu**, de Fernando Grostein Andrade (BRASIL, 2011), discute alguns aspectos apresentados acima. Assista o trecho que vai do minuto 14:49 ao 35:15, que trata da violência produzida pela criminalização das drogas – especialmente para a população negra, jovem e de periferia – e da inexistência de uma correlação direta entre a proibição de uma substância psicoativa e os danos potencialmente causados por ela: <<http://www.youtube.com/watch?v=tKxk61ycAvs>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

Mas, afinal, o que são “drogas”?

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), droga é qualquer “substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas produzindo alterações em seu funcionamento” (BRASIL, 2010). Se essas substâncias modificarem o estado de consciência, de humor ou o sentimento das pessoas, serão designadas como “psicoativas”. Trata-se de uma definição bastante ampla, que inclui uma gama imensa de substâncias que ingerimos todos os dias, como café, chás, açúcar, além de todos os medicamentos que tomamos por

prescrição médica. No entanto, sabemos que somente algumas substâncias específicas são vistas e compreendidas como “drogas”, não é mesmo?

Assim, de modo geral, quando pensamos em “drogas” vêm à cabeça substâncias como maconha, cocaína, crack, heroína, dentre outras que foram tornadas ilegais pelo movimento proibicionista sobre o qual já falamos. Assim, substâncias como o álcool, a cafeína e a nicotina permaneceram legalizadas, mesmo sendo responsáveis por muitas mortes decorrentes dos seus danos físicos e sociais, mas não costumamos enxergar seus/suas usuários/as como “drogados/as” ou “perigosos/as”. Você já pensou nos efeitos disso? E já se perguntou por que algumas drogas são proibidas e outras não?



Outros ângulos, cores e formas

Abaixo segue o link para o Livreto Informativo Sobre Drogas Psicotrópicas, produzido pelo CEBRID/UNIFESP (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas). Nele vocês poderão encontrar informações detalhadas e confiáveis sobre as diversas substâncias

psicoativas: <<https://www.cebrid.com.br/wp-content/uploads/2012/12/Livreto-Informativo-sobre-Drogas-Psicotr%C3%B3picas.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2021.

O problema da estigmatização do uso de drogas

Campanha contra o cigarro estandpa nos maços de cigarro.



Fonte: PUC Campinas Digitais. Disponível em <<https://digitaispuccampinas.wordpress.com/2016/10/13/o-antes-e-depois-da-lei-antifumo/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

Para vocês, quais são os efeitos de campanhas alarmistas como as expostas nos cartazes acima? Medo, culpa e vergonha são caminhos produtivos para um debate efetivo sobre as diversas dimensões do uso da droga e para uma avaliação realista sobre os riscos envolvidos no consumo das mesmas? Para nós, educadores/as, sempre preocupados/as com a realização de ações e

práticas pedagógicas, quais seriam bons caminhos para tratarmos estas questões? Vamos pensar juntos/as sobre isso?

Muito se tem falado sobre o uso de drogas como algo ruim e a mídia retrata cotidianamente um universo de perdas, e degradação pessoal e social decorrentes dele. No entanto, o uso de drogas e seus efeitos são complexos e devem ser considerados em seus diversos aspectos e contextos específicos. Algumas drogas e tipos de uso, de fato, trazem mais riscos para a pessoa, por seu potencial de dano físico ou social. É o caso, por exemplo, do uso de álcool e outras drogas ao volante, ou durante a execução de atividades em ambiente inseguro, como acontece com os profissionais da construção civil. Da mesma forma, o uso de álcool e outras drogas não é seguro para crianças e adolescentes, uma vez que eles/as ainda se encontram em processo de desenvolvimento do córtex cerebral e das funções cognitivas básicas. O uso dessas substâncias também pode levar a práticas de risco. Os estudos sobre transmissão do HIV, por exemplo, indicam que o uso de álcool e outras drogas torna as pessoas mais vulneráveis à prática de sexo sem proteção, pois há uma diminuição das funções de controle, o que inibe o uso de preservativos.

Assim, o uso abusivo de drogas pode causar dependência e trazer prejuízos à saúde e à vida pessoal, familiar e social do/a usuário/a, especialmente quando ele/a abdica de todos os seus

projetos em detrimento do uso incessante da droga. No entanto, segundo Gilberto Velho (1987), pioneiro nos estudos sobre antropologia urbana no Brasil, a maior parte dos/as usuários/as de drogas trabalha e tem vida familiar e social satisfatória. Mas por que, então, considerar o uso de drogas sempre como um problema, se parte significativa dos/as seus/suas usuários/as consegue manter sua vida organizada?

Dois modos comuns de entender o uso de drogas

De modo geral, em nossa sociedade, o uso de drogas costuma ser pensado a partir de dois modelos: o jurídico-moral, que considera o uso, especialmente de drogas ilegais, como algo imoral e/ou como um crime que merece punição; e o modelo médico ou de doença, que compreende o uso abusivo de drogas como uma doença crônica e incurável. Assim, se no modelo moral o/a usuário/a é tratado como um/a criminoso/a, no modelo médico ele/a é tratado/a como doente. Apesar da aparente contradição entre encarar o/a usuário/a de drogas como um/a criminoso/a, que merece punição, ou como uma pessoa doente, que necessita de tratamento, ambos os modelos possuem o mesmo ponto de convergência: buscam garantir a abstinência e adequar o indivíduo a um “comportamento desejável”. Mas que comportamento desejável seria esse? Quais elementos estariam em jogo ao se fazer

essa relação direta entre uso de drogas e adequação social? Será que todos os/as usuários/as e todos os usos são vistos sempre da mesma forma?

Vocês já pararam para observar como as formas de acesso e uso de drogas são diferentes, a depender de quem são seus/suas usuários/as? De um modo geral, em nossa sociedade, usuários/as de drogas de classes mais baixas, jovens pobres, periféricos/as e negros/as, são rotulados como marginais e desviantes por usarem drogas, o que os coloca sob o olhar do modelo jurídico-moral. Já aqueles/as usuários/as de classes mais altas costumam ser vistos como “usuários/as recreativos”, que poderão acessar terapias e demais tratamentos médicos caso ocorra algum excesso. Ou são identificados/as como pessoas com alguma psicopatologia, que buscam nas drogas alívio para o sofrimento, sendo vistos prioritariamente sob o olhar do modelo médico/de doença.

Essa dualidade é bastante reveladora das desigualdades sociais que caracterizam a realidade brasileira, na qual o uso problemático de drogas encontra-se muitas vezes associado a condições de vulnerabilidade social e violação de direitos, o que torna esta prática mais desagregadora em contextos específicos. Desse modo, a droga pode se apresentar para jovens de camadas periféricas a parte final de uma cadeia de outras negações coti-

dianas de direitos, como a falta de acesso à educação, cultura, lazer, saúde, moradia, etc. Jovens pobres e negros/as estão na ponta de todo um sistema lucrativo de tráfico de drogas e são os/as mais expostos/as aos seus riscos, seja como policiais da linha de frente de combate, seja envolvidos/as diretamente no trabalho de compra e venda dessas substâncias. Nessa condição desigual, o/a “traficante”, com T maiúsculo, aquele que mais lucra, permanece protegido/a e longe do risco de morrer ou de ser visto como marginal.

Uso de drogas e desigualdades sociais

Como vimos, a problemática em torno do uso de drogas está diretamente relacionada à estrutura racial do país, às relações de gênero, às especificidades territoriais e a outras hierarquias sociais e de classe⁴. Você já se perguntou, por exemplo, por que o tráfico de drogas exercido em vilas e favelas é mais criminalizado que os demais? Já se perguntou por que os/as usuários/as abusivos/as de crack atendidos pelo SUS são, em sua maioria, de classes populares? Já se perguntou por que os/as jovens estão mais vulneráveis aos efeitos negativos do uso de drogas? Já se

4. Confira os outros Cadernos desta Coletânea que abordam essas questões: “Juventudes e relações étnico-raciais”, “Juventudes e relações de gênero”, “Juventudes e território” e “Juventudes e trabalho”.

perguntou por que o uso de drogas por mulheres é tão invisível em nossa sociedade?

Sobre uma dessas articulações, a que relaciona droga, raça e juventude, o movimento negro os/as vem denunciando os efeitos catastróficos do tráfico de drogas em vilas e favelas, associados à violência policial, no cotidiano de jovens negros/as. Segundo o relatório produzido pela Anistia Internacional em 2013⁵, intitulado “O Estado dos Direitos Humanos no Mundo”, a polícia executava uma pessoa a cada 16 horas no Brasil, sendo que a maioria das vítimas eram jovens negros do sexo masculino. Somente em 2012 foram notificadas 600 execuções. O mesmo relatório da Anistia Internacional do ano de 2018⁶ indicou que a taxa de homicídios permaneceu alta para jovens negros. As políticas de segurança pública continuaram a se basear em intervenções policiais altamente militarizadas, motivadas principalmente pela chamada política de “guerra às drogas”. O sistema prisional continuou superlotado e os/as presos/as mantidos/as em condições degradantes e desumanas. A população carcerária em 2018 era de 727.000 pessoas, das quais 55% tinham entre 18 e 29 anos e 64% eram negros/as, segundo o Ministério da Justiça. Todos esses dados apontam

5. Disponível em: <http://files.amnesty.org/air13/AmnestyInternational_Annual_Report2013_complete_br-pt.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

6. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

para um genocídio da juventude negra no Brasil, promovido em grande parte pelo modelo de prevenção hegemônico de “guerra às drogas” adotado no país no início dos anos 2000.

Recentemente, alguns movimentos antiproibicionistas têm ganhado força no Brasil e no mundo, fundamentando suas ações no argumento de que um sistema de regulação das substâncias, com o controle governamental substituindo o atual sistema de controle de mercado clandestino, constituiria uma política pública sobre drogas menos danosa, menos dispendiosa, mais ética e mais eficaz. O que vocês acham dessa ideia?



Outros ângulos, cores e formas

Conheça o trabalho da **LEAP** (*Law Enforcement Against Prohibition*), uma organização internacional criada para visibilizar o trabalho de policiais, juízes/as, promotores/as e demais integrantes do sistema penal (na ativa ou aposentados/as) que, compreendendo os danos e os sofrimentos provocados pela “guerra às drogas”, lutam pela legalização e consequente regulação da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas.

Confira no link: <<https://medium.com/@talinffc10/leap-brasil-vo-c%C3%AA-a-conhece-d3a009b97a23>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Uso versus tráfico de drogas

Apesar da íntima relação entre uso e tráfico de drogas, é necessário distingui-los, já que são interpretados de formas diferentes no campo jurídico, o que incide nas culturas e sociabilidades juvenis, nos processos educativos e na produção de subjetividades, trazendo consequências para a nossa compreensão e prática social como educadores/as.

No campo jurídico, no Brasil a Lei de Drogas de 2006 fez uma distinção entre uso e tráfico e descriminalizou a posse de drogas para consumo pessoal, o que na prática significa que o/a usuário/a não é mais considerado aos olhos da lei como um/a “criminoso/a”⁷. No entanto, a legislação não especifica a quantidade de droga portada que caracteriza posse para uso pessoal. E, como consta no artigo 28, parágrafo 2º da lei, “Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente”. A consequência disso é que as condições de vida da população negra, pobre e moradora de vilas e favelas, são consideradas negativas e

7. No entanto, mesmo que a posse de drogas para uso pessoal tenha deixado de ser crime, o/a usuário/a ainda é considerado/a autor/a de ato infracional, por portar e consumir substância ilegal, o que o/a submete a penas alternativas: advertência, prestação de serviços à comunidade e medida de comparecimento a programa ou curso educativo.

acabam por justificar a criminalização de jovens desses contextos específicos. Vamos conversar mais sobre isso no próximo tópico.



Focalizando imagens

Conheça a **Lei de Drogas de 2006**, que orienta as políticas públicas sobre drogas no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Continuando com as nossas reflexões, propomos a seguinte questão aos/às colegas leitores/as: na nossa realidade social, marcada por profunda desigualdade socioeconômica, é possível que todos/as os/as jovens tenham acesso igualitário à educação, à profissionalização, ao emprego, à renda e ao reconhecimento? Sabemos que não, pois para alguns/algumas jovens, a trajetória de inserção e ascensão social é muito desafiadora⁸.

Em nosso país enfrentamos um quadro político-social de extrema desigualdade em que baixa escolaridade e origem de classe vincula-se a baixos salários, desemprego e/ou subemprego. Tal estado de coisas faz com que os/as jovens encontrem nas

8. Sugerimos a leitura do Caderno “Juventudes e trabalho” desta série.

opções informais do mercado ilegal de drogas um espaço de atuação no campo do trabalho. Isso confere ao/à jovem traficante, ao associar-se ao crime organizado, prestígio social, reconhecimento e ascensão financeira entre seus pares e na comunidade local. Assim, o tráfico de drogas tem sido, infelizmente, uma alternativa concreta de inserção social, mesmo sob condições precárias e de extrema violência. Esses/as jovens são os/as que portam o estigma de eternos/as suspeitos/as aos olhos discriminatórios das agências de controle institucional, sendo repetidamente incriminados/as, especialmente quando, além de estarem envolvidos/as no tráfico, são usuários/as de drogas.

Você acredita que a inserção desses/as jovens neste tipo de trabalho é uma escolha? Será mesmo que eles/as escolhem viver marcados/as pelo estigma de criminosos/as e terem inclusive a sua expectativa de vida reduzida diante do contexto violento a que estão submetidos/as? Como pensar essas questões, sempre lembrando que somos fruto não somente de nossos desejos e ações individuais, mas das circunstâncias sociais em que vivemos?

Drogas e violência: uma correlação marcada pela desigualdade

As mídias, o senso comum, as religiões e o próprio Estado reproduzem discursos que nos fazem acreditar que há uma corre-

lação direta entre uso de droga e violência. Conforme já dissemos, a instauração de discursos repressivos e proibicionistas construiu uma compreensão parcial do uso de drogas. A mídia, por exemplo, transmite noticiários sobre as chamadas “cracolândias” como se elas fossem os únicos espaços onde acontece o uso de crack. Cenas de uso de drogas são constantemente associadas a guetos, atos criminosos, vandalismo, temor e insegurança, enquanto o uso de drogas por classes médias e altas é velado. Reproduz-se a ideia de que os/as pobres estariam mais suscetíveis ao uso de drogas e, em decorrência, o sistema jurídico/prisional, pela intensificação do controle policial das favelas e periferias, acaba criminalizando a pobreza. Todas essas circunstâncias contribuem para intensificar a existência de uma suposta relação entre droga e violência. Mas será mesmo que todo/a usuário/a de drogas é violento/a?

Acreditamos que não, necessariamente. E compreendemos que essa frequente associação das drogas à violência reflete um processo de desigualdade e de discriminação social que propaga pânico moral, criando um estigma social que recai sobre alguns usuários/as de drogas específicos – jovens pobres, negros/as e periféricos/as, o que contribui para processos de violência contra esses tipos de usuários/as. Uma das formas em que essa violência pode se dar é por parte do próprio Estado, quando acontece o que denominamos de violência institucional. Também a família e a

escola podem exercer violência e contribuir para a estigmatização de jovens usuários/as de drogas quando, por exemplo, recorrem apenas ao aparato policial para lidar com situações que envolvem o uso de substâncias psicoativas.

Vamos falar um pouco mais sobre a internação compulsória de usuários/as de drogas como um exemplo de violência institucional. Esse tipo de internação só pode ocorrer mediante autorização de um/a juiz/a, sendo uma medida de segurança usada como última opção, nos casos em que os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes. As internações compulsórias, contudo, vêm sendo utilizadas de forma arbitrária e violenta como política prioritária para lidar com usuários/as de drogas, especialmente aqueles/as que se encontram nas chamadas “cracolândias”. Nesse debate é importante considerar, antes de tudo, que grande parte dos/as usuários/as de crack das chamadas “cracolândias” no Brasil estão submetidos/as a precárias condições de vida, configuradas em contextos de desigualdade, pobreza e exclusão, e que seu recolhimento em instituições supostamente “terapêuticas”, mas em quase tudo semelhantes a prisões, acaba por acrescentar às muitas violações de direitos e processos de desumanização vividos por essa população, a violência da privação da sua liberdade.



Focalizando imagens

Assista o documentário **“Abusos e violações de direitos em comunidades terapêuticas: relatos de uma realidade anunciada”**, produzido pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental, com o apoio da Frente Mineira sobre Drogas e Direitos Humanos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XaogikWaKTQ>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

Promovendo saúde com autonomia: o paradigma da redução de danos

Ainda é muito frequente a oferta de serviços de atenção a usuários/as abusivos/as de drogas que não consideram a autonomia como um valor, havendo um monopólio de instituições religiosas na oferta de tratamento da dependência, subsidiadas pelo Estado, em detrimento de serviços orientados pela política de saúde mental integral, de base comunitária, com foco na promoção de saúde, autonomia e orientada pelo paradigma da redução de danos. Vamos conhecer um pouco mais esta proposta, que consideramos mais educativa e cidadã?

Como já vimos, algumas pessoas apresentam um padrão de uso de drogas que não traz problemas na condução da sua

vida pessoal, social e profissional. No entanto, em alguns casos o padrão de uso de drogas pode se tornar abusivo e problemático e algumas consequências negativas podem se apresentar, como evasão escolar, perda de emprego e rupturas familiares. Nesses casos, é necessária uma intervenção que conte com a participação efetiva de toda a comunidade – escola, família, grupos sociais – e que se fundamente em um projeto de promoção de saúde e educação para a autonomia com foco no diálogo e na oferta de informações objetivas e isentas de apelo moral, além de acompanhamento específico das questões próprias à condição juvenil, por meio das políticas públicas de saúde, educação e de proteção à infância e adolescência, como o ECA e o Estatuto da Juventude.

A oferta de espaços de diálogo responsável a partir da utilização de informações realistas sobre o uso de drogas e do compartilhamento de orientações acerca de possibilidades de uso seguro de drogas faz parte do conjunto de propostas das abordagens fundamentadas num paradigma diverso do paradigma proibicionista: o paradigma da redução de danos.

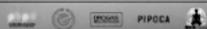


LSD

Se for usar...

Doses bem pequenas podem provocar efeitos intensos e duradouros.

Os análogos ao LSD-25 usados em excesso e/ou com misturas trazem muitos riscos e danos potenciais à saúde.

Parceiros: 

Rolê Sem Vacilo



ÁLCOOL

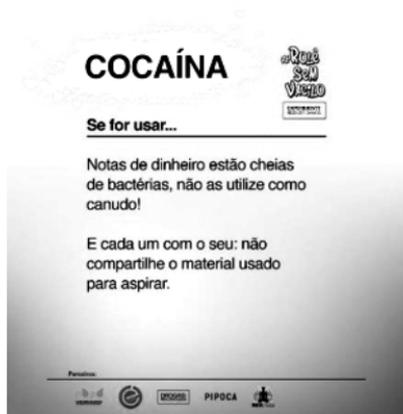
Se for usar...

Pra que pressa?! Beba devagar, tenha compaixão pelo seu fígado.

Ele também tem direito de aproveitar o rolê.

Parceiros: 

Rolê Sem Vacilo



COCAÍNA

Se for usar...

Notas de dinheiro estão cheias de bactérias, não as utilize como canudo!

E cada um com o seu: não compartilhe o material usado para aspirar.

Parceiros: 

Rolê Sem Vacilo

Fonte: Campanha “Rolê sem vacilo”, desenvolvida pela Plataforma Brasileira de Política de Drogas. Disponível em: <<https://pbpd.org.br/campanha-rolê-sem-vacilo/>>. Acesso em: 13 abr. 2021.

É assim que, na contramão das ideias proibicionistas, temos visto se solidificar uma outra concepção sobre uso de drogas, pautada pelo paradigma da redução de danos e pelos princípios

da educação para a autonomia. Esses princípios envolvem, de modo geral, tratamento igual a drogas legais e ilegais, não imposição da abstinência como única meta aceitável, avaliação e consideração dos riscos reais decorrentes do uso de drogas e compreensão ampliada das vulnerabilidades individuais e coletivas presentes. Cabe ressaltar que, no paradigma da redução de danos, o foco das intervenções não é somente sobre a prática do uso de drogas, mas sobre o sujeito: a sua condição humana, histórica, social, cultural, econômica, etc. É importante compreender também que a redução de danos não é apenas uma alternativa individual à abstinência no tratamento da dependência; antes, trata do manejo seguro de uma ampla gama de comportamentos de alto risco e dos danos associados a eles, bem como do acesso às políticas públicas de proteção que asseguram melhores condições de vida aos/as cidadãos/ãs com vistas ao exercício de escolhas informadas e responsáveis.

Um bom exemplo de prática de redução de danos é o uso de preservativo nas relações sexuais. Não se busca impedir a prática sexual, mas reduzir o risco de contaminação por Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)/Aids com práticas seguras, baseadas na informação e decisão autônoma dos/as parceiros/as. Nesse sentido, não se trabalha no paradigma da redução de danos com a ideia de grupos de risco, mas de práticas de risco.

Sobre isso, cabe lembrar que, desde o início da década de 1990, a redução de danos constitui a abordagem preventiva oficial pela qual a epidemia de Aids vem sendo enfrentada no Brasil (BRASIL, 1996). Outra campanha para redução de danos muito conhecida entre nós é a que propõe: “Se beber, não dirija; se dirigir, não beba”. Essa campanha não exige a abstinência mas, sim, alerta o/a usuário/a para os riscos presentes quando se conjuga os atos de beber e dirigir. O melhor é dirigir sem beber, ou vice-versa.

Atualmente, algumas ações concretas de redução de danos no Brasil são: redução da frequência de uso da substância (por exemplo, diminuição do número de cigarros consumidos por dia ou restrição do uso do cigarro a momentos específicos do dia); substituição do uso de uma substância com efeito mais devastador por uma que tenha um potencial de dano e dependência menor, por exemplo, substituição do uso de crack pelo uso de maconha; prescrição de vitaminas do complexo B para evitar o quadro de desnutrição proteica, comum em usuários/as de álcool crônicos; distribuição de protetor labial e cachimbos para usuários/as de crack, evitando o uso das latas de alumínio, por serem muito tóxicas; distribuição de seringas descartáveis a usuários/as de drogas injetáveis, a fim de prevenir a contaminação por vírus como o HIV e o da Hepatite B.

Cabe mencionar, por fim, que um objetivo fundamental das ações de redução de danos é a criação de vínculo entre o/a usuário/a e o serviço de saúde, já que somente a partir deste vínculo metas mais exigentes, como a abstinência, poderão ser assumidas pelo/a usuário/a.



Focalizando imagens

Para conhecer mais de perto os princípios e modo de funcionamento de um programa de redução de danos, acesse a página do **Centro de Convivência “É de Lei”**, organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 1998 na promoção da redução de riscos e danos, sociais e à saúde, associados ao uso de drogas.

Confira no link: <<https://edelei.org/campo/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Por fim, quando houver prejuízo à saúde, o/a usuário/a pode ser encaminhado aos CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial para usuários de álcool e drogas), que é o dispositivo especializado da rede de serviços de saúde do SUS destinado ao atendimento e acompanhamento das pessoas que têm problemas com o uso de drogas. O CAPSad é um serviço de base territorial e comunitária,

cujas ações de saúde se dão em meio aberto. Inclui serviços de permanência-dia e hospitalidade noturna, atendimento ambulatorial e conta com leitos para desintoxicação em hospitais gerais.



Outros ângulos, cores e formas

Uma pesquisa feita pelo Fórum das Juventudes da Grande BH em 2015 resultou em um mapeamento sobre o fluxo do atendimento a adolescentes e jovens usuários/as abusivos/as de álcool e outras drogas em Belo Horizonte.

Confira no link: <[http://juventudescontraviolencia.org.br/infografico-
onde-ir/](http://juventudescontraviolencia.org.br/infografico-onde-ir/)>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Os modelos de cuidado de base comunitária, que rompem com as propostas fundamentadas na exclusão social por meio de internações em comunidades terapêuticas e com a compreensão da abstinência como única alternativa de encontrar qualidade de vida, colocam em debate questões fundamentais, como: liberdade de escolha, entendida como busca reflexiva por maior autonomia; responsabilidade individual, familiar e social; direito do/a usuário/a à universalidade e integralidade de ações e dever do Estado de criar condições para o exercício do autocuidado; e redes sociais de

apoio e sua conexão com as redes informais dos/as usuários/as, dentre outras (BRASIL, 2003).

Assim, adotar condutas de redução de danos pressupõe a aceitação de que práticas de alteração de consciência pelo uso de substâncias psicoativas são intrínsecas à experimentação humana e que podem, em alguns casos, resultar em problemas sociais e de saúde, gerando a necessidade de avaliação cuidadosa dos riscos e garantia de cuidado, o que está para além da simples proibição e busca por erradicação das drogas.

Redução de danos e processos educativos

A mera repetição de palavras de ordem – “*Drogas, nem morto*”, “*Drogas: tô fora!*” “*Droga é uma droga*” – ainda é frequentemente utilizada como estratégia de prevenção do uso de drogas. No entanto, por apenas impor uma proibição, tais *slogans* não surtem o resultado esperado, pois não contribuem para a construção de uma educação sobre drogas que efetivamente colabore para uma reflexão crítica e autônoma dos/as jovens sobre os riscos presentes nessa experiência.

Um exemplo do que essa estratégia pode causar é que os/as jovens podem se sentir acuados/as, preferindo esconder as experiências de uso e se distanciar ainda mais de uma conversa franca sobre o tema. Além disso, como os efeitos do uso de dro-

gas são considerados sempre trágicos, não havendo nenhuma referência a usos não problemáticos, as intervenções se tornam muito distantes da realidade dos/as jovens, soando irrealis, já que não correspondem ao que eles/elas vivenciam na prática. Nesses discursos diretivos também é significativa a atribuição individualizada de responsabilidades e, muito raramente, as bases estruturais da sociedade, nas quais se localizam os determinantes do processo saúde-doença, são consideradas, havendo uma ênfase excessiva no esforço individual de adesão a escolhas saudáveis como o foco das ações preventivas. Ou seja, um debate raso, focado apenas na proibição, que não considera os vários tipos de uso e os contextos sociais que levam aos usos problemáticos, tem poucas chances de promover uma educação efetiva sobre drogas, que realmente proteja os/as jovens das experiências ruins.



Juntando imagens e reflexos

Chegamos ao final deste nosso Caderno! Nele fizemos muitas reflexões importantes sobre o uso de drogas, os limites do paradigma proibicionista e o potencial da redução de danos como metodologia para um trabalho responsável e educativo junto às juventudes em toda sua diversidade, compreendendo a complexidade da questão e deixando de fora visões simplificadas sobre o tema, tão comuns entre nós. Acreditamos que melhor do que impedir o acesso e o consumo de drogas é orientar sobre os seus riscos e buscar reduzi-los. Também compreendemos que apenas avaliar as substâncias psicoativas como “más” não é suficiente para uma abordagem efetiva do problema do abuso e do uso problemático. Pensamos que o paradigma da redução de danos revê essa posição ao trazer a centralidade do debate para o sujeito, sua história e para a construção de sua autonomia diante do que se apresenta como seguro ou inseguro em seu campo de possibilidades. Isso torna-se ainda mais relevante quando consi-

deramos os/as jovens usuários/as abusivos/as de drogas e/ou envolvidos/as com o tráfico, negros/as e periféricos/as em sua grande maioria, aos/às quais os direitos mais fundamentais têm sido sistematicamente negados.



Caleidoscópico em movimento: para ver, ouvir, registrar e agir

Como vimos ao longo deste Caderno, as drogas, lícitas e ilícitas, fazem parte do nosso cotidiano, e estão presentes nos espaços de sociabilidade dos/as jovens e na cena da cidade, da escola e da comunidade. Inspirado/a pelos princípios metodológicos apresentados no Caderno “Por uma Pedagogia das Juventudes: educação e a pesquisa como princípio educativo”, sugerimos que você faça uma observação minuciosa no contexto da sua escola e comunidade escolar, bem como outros espaços de trabalho com jovens, atentando-se para as questões ligadas ao uso de drogas. Utilize técnicas diversas de coleta e registro de dados, como diário de campo, fotografias, filmagens, entrevistas, aplicação de questionários, conversas individuais e coletivas, etc. Depois de coletados os dados,

sugerimos que você desenvolva alguma atividade para discuti-los com os/as jovens. O método de Oficinas Psicossociais pode ser uma escolha interessante para o desenvolvimento dessa atividade. Você encontra um excelente material de apoio para a elaboração de oficinas no seguinte endereço: <<https://pt.br1lib.org/book/11969912/0f3137>>. Acesso em: 21 mai. 2021. Também para inspirar o seu trabalho, sugerimos a leitura e utilização da cartilha **“Drogas, cartilha para educadores”**, produzida em 2010 pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas da Presidência da República, disponível em: <<http://www2.lencoispaulista.sp.gov.br/forum/files/pdf/drogas-cartilha-para-educadores.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2021. Bom trabalho, colegas, e sigamos juntos/as!

Referências

BRASIL. *Diretrizes para projetos de redução de danos*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Projetos Especiais de Saúde, Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis, 1996.

BRASIL. *Política de atenção integral ao usuário de álcool e outras drogas*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, 2003.

BRASIL. *Álcool e outras drogas*. Adolescentes e jovens para a educação entre pares. Saúde e prevenção nas escolas. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2010. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/alcool_outras_drogas.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

ESCOHOTADO, A. *Historia general de las drogas*. 7a ed.. Madri: Espasa Fórum, 2005.

VELHO, G. *Individualismo e cultura*: notas para uma antropologia da sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.







OBSERVATÓRIO DA
JUVENTUDE DA UFMG

FaE
Faculdade de Educação

UFmG

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS